



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Processo Administrativo: 3294/2022 (impugnação ao edital).

MODALIDADE: PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 016/2022 – Tipo Eletrônico

DATA DA ABERTURA: 31 de agosto de 2022

HORÁRIO: 10:00 horas – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Processo Licitatório: 03294/2022

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE INCUBADORA DE TRANSPORTE PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação foi interposta dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **OLIDEF CZ INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA.**

Diz o art. 12 do DECRETO Nº 3.251 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, que regulamenta o Pregão, na forma presencial e eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns (...):

Art. 12 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital do pregão ou solicitar esclarecimentos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

DO PEDIDO

Em síntese, informa que alguns itens possuem características exclusivas e “que nenhum fabricante no mercado nacional atende à solicitação de concentração de oxigênio com a vazão solicitado”, além de reclamar de outros itens. Dessa forma, se baseia seu pedido no Art. 3º, § 1º e Art. 7º, § 5º, da Lei nº 8.666/93. Solicita, portanto, “em atendimento ao que determinam as Leis 8.666/93 e 10.520/02, requer-se seja alterado o edital, conforme já exposto item a item, para que passe a constar nele exigências comumente encontradas no mercado, e não características exclusivas ou impeditivas da concorrência, como consta nesta peça. Consigne-se que o não provimento da presente impugnação, inclusive a inércia em sua análise, implicarão nas medidas administrativas e judiciais cabíveis ao caso, que é de completa afronta à legislação de regência das licitações públicas”.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ao analisar a solicitação da empresa percebe-se que o Art. 7º na Lei nº 8.666/93 veda o direcionamento de marca. Vejamos:

§ 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

É pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o assunto, conforme já consolidado em vários Acórdãos: 2664/2007 Plenário, Acórdão 2300/2007 Plenário, Acórdão 539/2007 Plenário, entre outros. Vejamos o Acórdão abaixo sobre o mesmo assunto:

Acórdão 747/2008 Plenário

Abstenha-se de definir as especificações dos produtos a serem adquiridos a partir das características de marcas específicas em atendimento ao disposto no art. 7º, § 5º e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Com isso, essa Pregoeira entende que procede o informado pela empresa e que o pedido de impugnação deve ser acatado.

DA DECISÃO

Diante do exposto e por entender que os requisitos e princípios que permeiam os atos da Administração Pública devem ser irrestritamente observados, esta Pregoeira conhece da Impugnação interposta pela empresa **OLIDEF CZ INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS HOSPITALARES LTDA**, julgando-a **PROCEDENTE**, tendo em vista sua tempestividade. **Com isso, SUSPENDE Pregão Eletrônico nº 016/2022, tendo em vista a necessidade de elaboração de novo Termo de Referência e republicação do edital, que terá data de abertura informada posteriormente de acordo com os prazos estipulados em Lei.** Dê ciência a empresa, bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, 10 de outubro de 2022.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira